Fuga de Flávio aos EUA pode ampliar crise judicial entre Supremo e oposição

Após descumprir ordem de Moraes, senador deixa o Brasil; especialistas analisam possibilidades

Por **Beatriz Matos**

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Flávio deixou o país com sua esposa, Fernanda, e sua filha

A saída do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para os Estados Unidos, dois dias após a derrota na eleição presidencial, ampliou os desdobramentos de uma investigação conduzida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que tem todos os elementos para ampliar a crise no Judiciário e nas relações do Brasil com os Estados Unidos.

O parlamentar deixou o Brasil após ser intimado a entregar seus passaportes e cumprir uma proibição de viagens internacionais determinada pelo ministro Alexandre de Moraes. O prazo terminou sem que os documentos fossem apresentados à Polícia Federal (PF).

Embora o descumprimento permita ao Judiciário avaliar a imposição de novas restrições, uma eventual prisão preventiva depende de requisitos legais específicos e encontra limites nas garantias constitucionais asseguradas aos parlamentares.

NÃO AUTORIZA PRISÃO

O professor do Ibmec e especialista em Direito e Processo Penal, Tédney Moreira, explica que a legislação estabelece diferentes providências diante do descumprimento de medidas cautelares.

Segundo ele, a prisão deve ser considerada excepcional, principalmente quando outras restrições não forem suficientes para assegurar o andamento da investigação.

"O simples descumprimento de uma ordem judicial para entrega de passaportes não autoriza, automaticamente, a decretação da prisão preventiva. O artigo 282, § 4º, do Código de Processo Penal estabelece que, diante do descumprimento de medidas cautelares, o juiz poderá substituir a medida, impor outra cumulativamente ou, em último caso, decretar a prisão preventiva", esclarece.

Além da necessidade de demonstrar riscos concretos, o magistrado deve observar os requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, que estabelecem as condições e hipóteses legais para a prisão preventiva. Uma possível tentativa de fuga pode ser considerada para assegurar a aplicação da lei penal, desde que existam elementos objetivos que sustentem essa avaliação.

A advogada especialista em direito constitucional e professora universitária Lívia Medeiros acrescenta que a imposição de restrições à liberdade de deslocamento antes de uma condenação é juridicamente possível, mas depende de fundamentação individualizada, proporcionalidade e possibilidade de revisão. Como a decisão de Moraes foi inicialmente noticiada sob sigilo, a análise sobre sua validade exige conhecimento dos fundamentos utilizados pelo ministro.

A viagem de Flávio foi confirmada nesta terça-feira (27) à agência Reuters por um aliado próximo do senador e uma fonte do governo norte-americano. Pessoas ligadas à família Bolsonaro afirmaram que ele deixou o país acompanhado da esposa e das duas filhas, por receio de uma eventual prisão. O percurso utilizado para chegar aos Estados Unidos não havia sido esclarecido publicamente.

O Departamento de Estado norte-americano também informou que emitirá vistos para Flávio e seus familiares, segundo confirmação do Departamento de Estado Norte-americano, permitindo a entrada deles no país. A manifestação ocorreu em meio a informações divulgadas por aliados sobre uma possível concessão de asilo político, benefício que não havia recebido confirmação oficial.

SAÍDA DO PAÍS

A movimentação ocorreu após uma sequência de acontecimentos iniciada na reta final da disputa presidencial. Na sexta-feira (23), o ex-deputado Eduardo Bolsonaro defendeu, durante uma entrevista a um podcast nos Estados Unidos, que Flávio deixasse o Brasil caso fosse derrotado nas eleições. Na segunda-feira (26), depois de visitar o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, o senador recebeu uma intimação da Polícia Federal e afirmou publicamente que não pretendia deixar o território brasileiro.

"Eu nunca pensei em sair do país. Eu vou entregar os passaportes e vou me defender dessa aberração, que é uma clara tentativa de me intimidar", declarou Flávio em vídeo publicado nas redes sociais.

Segundo a defesa, o último contato com o senador ocorreu às 16h30 de segunda-feira. Na ocasião, ficou combinado que os documentos seriam entregues aos advogados na manhã seguinte. Entretanto, as tentativas posteriores de comunicação não tiveram resposta. O prazo estabelecido pelo Supremo terminou às 11h de terça-feira sem que os passaportes fossem apresentados. A Polícia Federal cancelou os documentos comum e diplomático nos sistemas oficiais. Mas Flávio tem também um passaporte italiano: ele tem dupla cidadania desde 2023.

MARCELLO CASAL JRAGÊNCIA BRASIL



Após a fuga, Valdemar Costa Neto fez reunião de emergência do PL

Documentos obtidos pela imprensa mostram que a própria PF havia apontado ao Supremo um risco concreto de saída do país. Segundo informações divulgadas pela Folha de S.Paulo, a manifestação foi encaminhada a Moraes no domingo (25), após o resultado das eleições. Entre os elementos considerados estavam a mudança de do advogado Willer Tomaz, amigo e ex-sócio de Flávio, para os Estados Unidos e a estrutura de apoio mantida por Eduardo Bolsonaro no exterior.

A ausência de contato com os advogados, seguida da confirmação da viagem internacional, passou a integrar a avaliação sobre as circunstâncias em que a determinação judicial deixou de ser cumprida. Do ponto de vista jurídico, a distinção entre não ser localizado, descumprir uma ordem e deixar deliberadamente o país para evitar a Justiça é importante para estabelecer as consequências processuais.

Tédney Moreira ressalta que a caracterização de uma fuga exige elementos objetivos sobre o comportamento do investigado e sua finalidade.

"Essas três situações são juridicamente distintas e não podem ser tratadas como equivalentes. O fato de uma pessoa não ser localizada pelas autoridades significa, inicialmente, apenas que seu paradeiro não foi identificado. Essa circunstância, isoladamente, não permite concluir que esteja fugindo ou tentando impedir a atuação da Justiça", explica.

O especialista acrescenta que o descumprimento de uma intimação depende da existência de uma determinação válida, do conhecimento de seu conteúdo e do não atendimento à obrigação. Já a fuga exige circunstâncias que indiquem uma conduta deliberada para evitar a atuação das autoridades.

"Não ser localizado é uma circunstância factual; descumprir uma ordem judicial é uma conduta processualmente relevante; fugir para evitar a Justiça exige elementos concretos que sustentem essa conclusão. A passagem de uma situação para outra não pode decorrer de presunções ou especulações", afirma.

A Polícia Federal acionou autoridades argentinas após a divulgação de informações de que Flávio poderia ter utilizado uma rota pelo país vizinho antes de seguir aos Estados Unidos. O governo argentino afirmou não ter encontrado registros de entrada do parlamentar pelos canais migratórios regulares. Uma autoridade da PF informou que o senador não deixou o território brasileiro por um posto regular de controle migratório.

INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA

As restrições impostas ao senador foram determinadas no âmbito de um inquérito que apura suspeitas de lavagem de dinheiro e evasão de divisas envolvendo Flávio Bolsonaro e Willer Tomaz. A decisão de Moraes também proibiu o contato entre os dois investigados. As suspeitas permanecem em apuração e não representam uma condenação criminal.

Willer também foi alvo da Operação Sem Desconto, relacionada às investigações sobre irregularidades em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O empresário deixou o Brasil e passou a morar nos Estados Unidos.